

Capítulo 19
Imigração e escolaridade
Trajetos e condições de integração

Teresa Seabra

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL)

Sandra Mateus

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL)

Ana Raquel Matias

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL)

Cristina Roldão

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL)

As sociedades europeias são crescentemente diversas: em 2015, cerca de 4,8 milhões de pessoas migraram permanentemente para os países da OCDE (valor ligeiramente acima de um nível máximo atingido em 2007) e registaram-se 1,65 milhões de novos requerentes de asilo (OCDE, 2016). Em 2012, nos países da OCDE, em média, 11,3% dos estudantes de 15 anos tinham origem imigrante (OCDE, 2015).

Os filhos de imigrantes são um grupo muito diverso, que inclui uma grande variedade de origens geográficas, pertenças culturais e religiosas, condições sociais, tempos de permanência, fenótipos e graus de visibilidade, distribuições residenciais e recursos pré-migratórios (Hortas, 2014; Machado Matias e Leal, 2005; Mateus, 2014; Roldão, 2015; Seabra, 2010). Em Portugal, os alunos com origem na imigração existem com alguma expressão desde os anos 80 do século passado, não ultrapassando, em média, 5% da população escolar do ensino básico e secundário. Os países de origem são muito diversificados mas, consoante as conjunturas, os fluxos mais significativos variam entre os que são oriundos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) — antigas colónias — e do Brasil.

A educação é genericamente considerada uma instituição central no processo de integração dos filhos de imigrantes (e refugiados) e das suas famílias, e este processo permanece um desafio para os sistemas educativos. Propomo-nos examinar a sua integração escolar, através da avaliação da igualdade de oportunidades que o sistema de ensino proporciona aos alunos de nacionalidade estrangeira, em comparação com os nacionais, considerando tanto as modalidades de ensino que frequentam como os resultados escolares que obtêm. Estes são aspetos essenciais das oportunidades laborais e de vida. Garantir estas oportunidades exige não só a atuação a vários níveis, sociais e organizacionais, como o desenvolvimento do conhecimento sobre esta realidade. Quem são os descendentes de imigrantes no sistema educativo português, e que tipo de percursos realizam? De que forma as instituições educativas estão a acolher a crescente diversidade dos seus alunos? Que resultados das medidas de integração linguística são detetáveis? Faz sentido entendermos a escola como contexto atravessado por processos de *racismo institucional*?

De acordo com o mais recente relatório MIPEx, a educação emerge como o domínio mais débil nas políticas de integração na maioria dos países analisados (Huddleston, e outros, 2015). Ao nível europeu, as políticas educacionais de integração são variáveis e o desempenho escolar dos alunos oriundos das migrações apresenta contrastes. Apesar de alguns progressos, Portugal é um dos países da OCDE que apresenta as maiores desigualdades em termos de desempenho escolar, que se relacionam com a desvantagem socioeconómica, mas que não se circunscrevem a esta (OCDE, 2016).

Presença e diversidade de perfis

Trata-se predominantemente de filhos de migrantes laborais, de migrantes provenientes de antigas colónias de países europeus e de refugiados e requerentes de asilo. Existem dificuldades na sua identificação nas fontes estatísticas disponíveis, já que parte dos descendentes nasce no — e adquire nacionalidade do — país de acolhimento dos seus pais (Mateus, 2014). Muitos países não têm estimativas desta população. Não é possível identificar qual o grupo de origem mais numeroso no espaço europeu, não só porque as modalidades estatísticas de identificação, a dimensão, a dinâmica e a composição das populações migrantes variam de acordo com a história específica de cada um dos países, mas também porque a mobilidade intraeuropeia é muito acentuada.

Mas podemos tentar uma aproximação à presença dos descendentes através de fontes como o Inquérito PISA, que é aplicado transversalmente nos países europeus a jovens de 15 anos que frequentem o sistema de ensino. Segundo esta fonte, os países têm na sua população estudantil proporções variáveis de alunos oriundos da migração. Na UE-28, em 2012, entre os respondentes do inquérito, existem em média 11,3% de jovens descendentes de imigrantes: 6,5% de “segunda geração”, e 4,8% de “primeira geração”.¹ No Luxemburgo, onde a percentagem de jovens com origem imigrante é a mais elevada, ultrapassa os 50% (30,6% nascidos no país). Os valores são altos também na Áustria (20,3%), na Suécia (17,4%) ou na Alemanha (16,9%), mas noutros países a proporção é consideravelmente menor, como a Polónia ou a Roménia, onde a percentagem de alunos com origem migratória não atinge os 0,5%. Nos valores mais baixos situa-se também Portugal, cuja percentagem é 7,4% (3,3% dos quais já nascidos no país) (Comissão Europeia, 2016).

No contexto nacional, em termos de origens geográficas, aos grupos africanos decorrentes da herança colonial (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe e Moçambique) vieram no início da década de 2000 juntar-se alunos oriundos do Brasil e da Europa de leste (Ucrânia, Moldávia, Roménia), bem como outras origens diversificadas (China, Bangladeche, Índia, Paquistão) (Seabra, 2010).

1 No Inquérito PISA distinguem-se dois perfis de descendentes de imigrantes: estudantes de “segunda geração”, que nasceram no país onde foram inquiridos, mas cujos pais nasceram ambos num país estrangeiro; estudantes de “primeira geração”, que nasceram no estrangeiro, filhos de pais nascidos no estrangeiro (OECD, 2015).